

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Comecemos pelas atitudes...

A palavra **política** deriva-se da grega "polis", que significa "cidade". Na Grécia antiga, a política compreendia as atividades relacionadas com a organização e o governo da cidade. Tendo em vista que, então, as cidades gregas eram autônomas, cada uma constituindo um verdadeiro Estado. A partir daí, foi que na história posterior, o termo se generalizou para indicar todo o relacionado com o governo do Estado.

Na Grécia, a política era uma atividade muito valorizada e respeitada. Nem todas as pessoas tinham acesso a ela. Somente podiam participar os cidadãos: os varões livres, maiores de trinta anos e que tivessem nascido dentro dos muros da "polis". Quem reunia estas condições intervinha diretamente, em condições de igualdade, para decidir todos assuntos concernentes à vida da cidade ou, como também a chamavam, na "**res publica**" (=a coisa pública). A participação em política era considerada um direito natural e uma responsabilidade dos cidadãos - entendendo sempre este conceito dentro dos limites mencionados, isto é, excluindo os escravos, os varões jovens, os estrangeiros e as mulheres.

Atualmente, em muitos lugares, para o povo comum a política tem má fama e gera muitas resistências. É freqüente escutar opiniões como "Para que serve fazer política?" "Quem entende a política!" ou "Isso não é para mim". Estas palavras refletem um grande desconhecimento das implicações da política para a vida cotidiana dos homens e mulheres concretos. Há também muitos céticos, que não crêem em qualquer atividade coletiva: "Nada se consegue, nada muda", "É perder o tempo". E existem os que generalizam experiências negativas: "governantes ineptos, mentirosos, desonestos, que defraudaram as expectativas dos que confiaram neles", "Já viu o que aconteceu com Fulano", "E que fez Sicrano?", "São todos uns ladroes, só buscam enriquecer-se", "Sempre enganam o povo, jamais cumprem suas promessas".

Perguntando ao acaso a pessoas de qualquer idade, sexo ou condição social costumamos encontrar este tipo de opiniões, que servem para justificar a apatia ou a resistência pela atividade política. As atitudes à política já não são as dos cidadãos das antigas cidades gregas. No mundo ocidental, ainda que as circunstâncias históricas tenham mudado muito o sentido do que representa intervir na vida pública, prossegue a tradição iniciada naquelas longínquas polis gregas.

Detenhamos a reflexão neste conceito de participação política ou pública, mais além do espaço íntimo da vida privada.

Política e liberdade individual

De um ponto de vista individual, a participação política nos leva a pensar sobre a origem e os efeitos de nossas condutas.

O filósofo espanhol Fernando Savater nos lembra quanto a política está relacionada com a ética. Em essência, ambas são formas de considerar o que a pessoa virá a fazer, ou seja, como vai empregar sua liberdade. Nas duas, a escolha é uma eleição individual o que dá origem a qualquer ação.

Claro, há diferenças entre as duas perspectivas. A atitude ética é algo pessoal, vinculado com as decisões que um indivíduo toma sobre si mesmo e considerando o que crê melhor para sua própria vida. A atitude política é uma perspectiva que ultrapassa o pessoal, que se projeta a ação ajustada com os demais: a coordenação com muitos outros para atender o que afeta a todos. A maneira de decidir e os resultados da decisão também são diferentes. Uma decisão ética só depende da vontade de nós mesmo e concretiza-se em ações individuais. Em política, é preciso contar com a vontade de muitos outros e o que se busca é criar normas, leis, instituições, isto é, formas duradouras de organização coletiva.¹

Em política, tomar decisões é mais complicado, consome mais tempo e se correm mais riscos de que as coisas não saiam sempre como se desejava. Além disso, no mundo contemporâneo, a diferença das pequenas cidades gregas para os Estados são grandes e a estrutura do governo é muito especializada. Isto impõe mecanismos de participação indiretos e que requerem certa especialização e experiência. As decisões não estão ao alcance da mão, nem são facilmente controláveis pelos cidadãos comuns e correntes. Mas... só estas razões suficientes para negar-se o direito e a responsabilidade de atuar politicamente? Não seria semelhante a negar-se a atuar eticamente na vida privada quando há que enfrentar decisões difíceis ou comprometedoras?

Como pessoas livres e iguais uns aos outros, sempre podemos decidir. E mais, gostemos ou não, queiramos ou não, sempre decidimos. Até mesmo quando por ignorância, apatia ou medo, nos negamos a decidir. Nestes casos estamos decidindo deixar que outros tomem decisões por nós. Na política, quem voluntariamente se nega a participar está cedendo voluntariamente uma porção de sua liberdade individual.

1 Savater, Fernando (1992). *Política para Amador*. Editorial Ariel, Barcelona.

A vida de cada humano é irreproduzível e insubstituível: com qualquer um de nós, por mais humilde que seja, nasce uma aventura cuja dignidade baseia-se no fato de que ninguém poderá voltar a vivê-la nunca de forma igual. Por isso, sustento que cada qual tem direito a desfrutar de sua vida do modo mais humanamente completo possível sem sacrificá-la a deuses, nem a nações, nem sequer ao conjunto inteiro da humanidade dolente.

Mas por outro lado, para sermos plenamente humanos temos que viver entre humanos, isto é, não só *como* os humanos, mas também *com* os humanos. Ou seja, em sociedade. Se desentendo-me da sociedade humana da qual faço parte - e que hoje parece-me que já não é do tamanho do meu bairro, nem da minha cidade, nem da minha nação, mas que abrange o mundo inteiro- serei tão prudente como alguém que, voando num avião governado por um piloto completamente amedrontado, sob a ameaça de um seqüestrador louco armado com uma bomba, vendo falhar um dos motores, etc... - podes acrescentar, se quiseres, alguma outra circunstância aterrorizante-, em lugar de unir-se com os passageiros restantes sóbrios e conscientes para tentar salvar-se, dedicasse-se a assobiar olhando pela janela ou a reclamar à aeromoça a bandeja do almoço.

Os antigos gregos -tipos astutos e valentes pelos quais como você já sabe tenho especial devoção-, a quem não se metia em política chamavam *idiotés*, uma palavra que significava pessoa isolada, sem nada para oferecer aos demais, obcecada pelas pequenezes de sua casa e manipulada, no final das contas, por todos. Desse "idiotés" grego deriva nosso *idiota* atual, que não preciso explicar-te o que significa.

Pois resulta que a mensagem (...) pode resumir-se em três palavras: não seja *idiota*!

FERNANDO SAVATER, Política para Amador

Política e vida social

De um ponto de vista coletivo, a participação política nos leva a pensar sobre a vida em sociedade. Em outras palavras: O que faz possível que uma quantidade de pessoas possa funcionar como uma comunidade, como uma entidade reconhecível acima das partes que a compõem?

Os elementos de união entre os membros de uma comunidade são as **convenções sociais**. São normas estabelecidas mediante acordo - uma espécie de pacto preestabelecido- e que, em geral, os membros do grupo reconhecem como aceitáveis e as praticam. Incluem numerosas crenças e maneiras de atuar e relacionar-se uns com outros: desde como vestir-se, com que alimentar-se, até como casar-se e expressar-se. O conjunto de convenções que articulam a vida de um grupo humano constituem a **cultura** desse grupo. Metaforicamente, são como as juntas que enlaçam os distintos membros do corpo social e permitem-lhe atuar como uma unidade.

As convenções são imprescindíveis. Sem elas os seres humanos não podem sobreviver. Basta pensar em apenas uma: **a linguagem**. Ou, em termos mais concretos, as linguagens do mundo, que permitem às pessoas comunicarem-se entre si.

É importante compreender que são criações humanas, invento conjunto de muitas pessoas, ao longo do tempo, e não leis naturais impostas por uma ordem física superior ao homem. Por isso, não são imutáveis - como a ordem dos dias e das noites determinadas pela rotação do nosso planeta-, mas são mutantes segundo o grupo humano, o lugar e o momento histórico que analisamos. Quando mudam as condições históricas, as convenções do passado podem ser questionadas e os membros do grupo rebelarem-se contra elas. Os pactos rompem-se. Mas o resultado nunca é o fim das convenções por estas serem normas coletivas, mas transformá-las em outras mais apropriadas para as novas condições.

Já que não temos, como outras espécies animais, padrões de conduta instintiva, programados pela natureza em nossos genes, devemos criá-los e concordar com seu acatamento. Sem isto, cairíamos num estado puramente animal, onde imperaria a lei da selva; uns contra os outros, enfrentando-se até a morte do adversário ou a própria. Neste contexto, o mais forte ou resistente tem maiores possibilidades de acabar com os mais débeis.

Além da linguagem, outras duas convenções cruciais para a convivência humana são as **pautas de organização de grupo** e a **existência de autoridades reconhecidas**. Isto é, as regras ou leis definidas para guiar a conduta de todos, e os postos de comando estabelecidos no interior do grupo para garantir que as regras coletivas cumpram-se. Estas convenções contribuem para a resolução dos conflitos internos de maneira racional, reduzindo as possibilidades de enfrentamentos violentos que poderiam destruir ao grupo.

Fazer política é, simplesmente, fazer parte na criação e na manutenção - ou transformação - das convenções que regulam a organização e o governo da nossa sociedade. É uma atividade que só é possível para os seres humanos - todos eles, ainda que durante boa parte da história, uns poucos tenham restringido a outros muitos- Por isso o filósofo grego Aristóteles, já no século IV antes de Cristo, definiu ao indivíduo humano como um "animal político".

Na vida política os homens não são simplesmente produtores de bens econômicos, cujo valor teria de depender unicamente da sua capacidade de produção, mas que são cidadãos, reconhecidos como tais por todos, e cujos direitos fundamentais, - os que pertencem ao homem como tal -encontram-se protegidos. Além disso, na sociedade política o homem escapa dos estreitos limites de sua família, de seu grupo, de seu clã, para entrar numa comunidade mais vasta e, por conseguinte, mais rica e mais enriquecedora. Suas obrigações, suas responsabilidades tornam-se mais amplas, porque já está relacionada com interesses particulares ou de grupo, mas com o bem comum da comunidade em sua totalidade. A busca de um bem mais vasto que o do indivíduo e o do grupo ajuda ao homem a tornar-se mais plenamente homem e, em consequência, a realizar uma vida mais plenamente humana.

R. TUCCI. Em: Vidal, Marciano-Santidrian,
Pedro R. (1981), *Ética social y política*. Edic. Paulinas-Edic. Verbo Divino, Madri.

O Governo da sociedade

É importante ressaltar -pecando pela insistência- que tanto o tipo de organização como de governo que acontece em qualquer sociedade são convencionais. E o são porque, durante muitos séculos, as pessoas acreditaram - ou foram induzidas a acreditar- que certas formas de organização da sociedade e suas autoridades eram resultado de uma ordem natural, estabelecida por forças sobre-humanas: a natureza, os deuses ou um deus em particular. Tais concepções justificavam que os indivíduos ou grupos governantes - bruxos, castas sacerdotais ou famílias reais de suposta origem divina) tivessem um poder absoluto sobre o resto da população e que não se concebesse sequer a idéia de que todos podiam participar da “coisa pública”. Como poderia atrever-se, um simples humano, a opinar sobre uma obra divina?

Foi um longo processo histórico de pensamento e de lutas que conduziu a humanidade a reconhecer que a legitimidade da organização de uma comunidade e de suas autoridades deriva-se da vontade preestabelecida dos integrantes dessa comunidade. Assim, chega-se a compreender que o rol de qualquer governo é servir sua comunidade - e não ser servido por ela-, porque é a comunidade que lhe outorga representatividade e poder para que execute funções úteis ao conjunto.

Uma dessas funções do governo, já mencionada, é resolver os conflitos que ponham em perigo a harmonia coletiva. É uma função de dissuasão, de controle, que pode chegar a ser de sanção.

Outras funções são de caráter mais construtivo, como levar a cabo ações que requerem coordenar os esforços de muitas pessoas e que, dificilmente, poderiam ser feitas de forma isolada. Por exemplo, construir obras de benefício geral - estradas, pontes, usinas de energia, edifícios públicos, etc.-, prevenir males que podem afetar o conjunto - epidemias, pragas, destruição do meio ambiente, etc.-, conservar tradições importantes para a identidade do grupo -patrimônio histórico, manifestações artísticas e culturais, etc.- e garantir a todos igualdade de oportunidades para alcançarem uma vida plena e feliz - alimentação, saúde, educação, moradia, etc.

Dos fundamentos do Estado deduz-se evidentemente que seu fim não é dominar os homens, nem calá-los pelo medo ou sujeitá-los ao direito do outro, mas ao contrário, libertar do medo a cada um para que, na medida do possível, viva com segurança, isto é, para que conserve o direito natural que tem à existência, sem dano próprio nem alheio. Repito que não é fim do Estado converter os homens de seres racionais em bestas ou em autômatos, mas ao contrário, que seu espírito e seu corpo se desenvolvam em todas as funções e passem a fazer livre uso da razão sem rivalizar pelo ódio, a cólera ou o engano, nem se faça a guerra com objetivo injusto. O verdadeiro fim do Estado é, pois, a liberdade.

B. SPINOZA, Tratado teológico-político (1670)

Como princípio abstrato, o propósito de Spinoza é bem compreensível. É bem racional. A política é uma atividade nobre e, mais que útil, indispensável para as sociedades humanas. Estas reflexões lançam por terra os preconceitos que justificam algumas atitudes que comentamos no início, resultantes da ignorância, da irresponsabilidade ou da cômoda indiferença.

Porém, quando examinamos manifestações políticas concretas -sociedades reais, que existem num tempo e lugar determinado- surgem dúvidas e questionamentos. Os princípios que sustentam as relações humanas não se aplicam por si só, de maneira automática - precisamente porque não são leis naturais, mas criações convencionais. Os aplicam homens e mulheres comuns, com capacidades, conflitos e egoísmo humanos. Entram em jogo limitações pessoais reais, do corpo, do intelecto e do espírito. Nem todas as formas de governo e organização social tornam realidade os princípios que vimos discutindo.

Por isso, ao analisar sociedades concretas devemos fazer perguntas concretas: Quais são, exatamente, as convenções que regem nossa sociedade? De que maneira se encontra organizada? Como é seu governo? Quem ou quais exercem a autoridade? Como foram eleitos? Como atuam? De que meios se valem para sua atuação? A quem e como dão conta de seus atos?

A humanidade, através de séculos de pensamento e de lutas, tem logrado ir definindo critérios cada vez mais completos para contestar estas perguntas. E tem construído um parâmetro do que deve ser uma forma de governo e de organização social justa: a democracia. Ainda que não possamos considerá-lo acabado nem perfeito é, até hoje, o melhor que já experimentamos.



Lamentavelmente, não existe vacina para a doença política do despotismo. Mas podemos tomar medidas preventivas. E a democracia é a mais eficaz que conhecemos...